

Resistências antissalazaristas: exilados portugueses em São Paulo

Maria Izilda Santos de Matos
PUC/SP- Pesquisadora 1A CNPq

Nas décadas de 1950/60 e 1970, entre os portugueses chegados a São Paulo destacou-se um grupo de exilados antissalazaristas, que criou um jornal visando constituir um canal de expressão política - *Portugal Democrático*, este manteve suas atividades por dezenove anos, totalizando 205 números impressos. Esta pesquisa prioriza a trajetória do periódico, discute ações, polêmicas, interlocuções, articulações, principais bandeiras e debates enfrentados por estes sujeitos históricos.

Deslocamentos: perspectivas de análises

Os processos migratórios recentes vislumbram o estabelecimento de novas ordens demográficas. Não se pode prever todo o seu desencadeamento e amplitude, apesar de se identificar diversos pontos de partida e polos de atração. As facilidades e agilidades das viagens, somadas às múltiplas possibilidades de comunicação, dinamizam os deslocamentos, tornando-os perceptíveis e provocando hostilidades, rejeições, conflitos, xenofobia nas sociedades receptoras e transformando esta questão num desafio para o historiador.

Os deslocamentos devem ser analisados além dos seus condicionamentos demográfico-econômico-sociais e do paradigma mecanicista da miserabilidade, não sendo vistos apenas, como respostas às condições de pobreza e às pressões do crescimento da população. As mobilidades superaram os limites das necessidades estritamente econômicas, agregando questões étnico-raciais, culturais, religiosas, geracionais, de gênero e políticas, que envolveram refugiados, exilados, asilados e expulsos, que frente às perseguições, lutaram pelos ideais de liberdade longe da pátria.

Neste sentido, estes escritos pretendem uma contribuição para o estudo da presença portuguesa em São Paulo (1920/70), destacando as experiências de um grupo, que no exílio, levou a frente ações de oposição ao regime salazarista e que constituir um canal de expressão política: o jornal *Portugal Democrático*. Para enfrentar tal desafio, a pesquisa valorizou uma diversidade de fontes e referências: o próprio periódico, a documentação do DEOPS/SP, além de cartas e entrevistas.

Deslocamentos: saídas

Os portugueses emigravam por vários motivos: dificuldades econômicas, sociais, políticas e familiares, como: poucas oportunidades de trabalho, ganhos baixos e problemas de subsistência, tipo de propriedade e sua exploração, somadas à infertilidade, improdutividade das terras, ao atraso tecnológico e às intempéries e flagelos, fugas ao recrutamento militar, desigualdades sociais e populacionais; também, se fizeram presente nestes processos os desejos de "fazer a América", que se somaram aos exílios, frente ao aumento das tensões e perseguições políticas.

Quanto à política portuguesa de emigração, em seu processo pode ser considerada ambígua, ora repressiva (especificamente em relação aos jovens, mulheres só e saídas clandestinas) ora permissiva. A emigração sofria a oposição dos proprietários rurais, para os quais significava a evasão de braços, outros setores viam na emigração uma possibilidade de aliviar as tensões sociais, além de sustentar as remessas, que adquiriram importância nas finanças portuguesas.¹

Em Portugal, a República foi instaurada em 1910, num momento de instabilidade política, crise econômica e social. Terminada a I Grande Guerra (1914-18), as dificuldades foram agravadas com a alta dos preços, desemprego e miséria no campo, gerando descontentamento, com lutas e reivindicações dos trabalhadores, bem como o crescimento das organizações operárias e sindicais e a fundação do Partido Comunista Português (1921/PCP).² Disputas políticas, crise econômica, déficits econômicos, manifestações de trabalhadores, geraram golpes e contragolpes, levando os militares ao poder (1926). Estes contextos de tensões dinamizaram novos fluxos de saídas, inclusive o exílio de opositores ao regime (1927/28).

Com a ascensão do General Carmona (1928), foi nomeado para pasta das finanças Antonio de Oliveira Salazar, que investiu em ações para ajustar a economia nacional e reduzir os desequilíbrios; posteriormente, foi apontado para a Presidência do Conselho de Ministros. Em 1932, ele encabeçou a elaboração da Constituição do Estado Novo implantado em 1933/34, que se caracterizou como um governo corporativo, forte

¹ Ações buscavam conter a emigração em condições desfavoráveis, viabilizar o repatriamento de desvalorizados e desempregados, reprimir a clandestinidade e os engajadores, controlar as saídas através de exigências, taxas, custos de passaportes e outras imposições, no entanto, nem sempre atingindo resultados. PEREIRA, Miriam Halpern. A política Portuguesa de Emigração 1850-1930. Lisboa, Regra do Fogo, 1981.

² MAXWELL, Kenneth. O Império Derrotado. Revolução e Democracia em Portugal. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

e intervencionista, com leis trabalhistas e proibição de greves, cultivando alianças com a Igreja católica, constituindo-se num regime autoritário católico.³

O único partido legalmente reconhecido era a União Nacional, também compunham o esquema, a Legião Portuguesa, os “camisas azuis” e a “Mocidade Portuguesa”. A Guarda Nacional Republicana (GNR), a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE, 1933), PIDE (1946), a Polícia de Segurança Pública (PSP) e a Legião Portuguesa constituíram o equipamento de repressão, para conter as oposições (ampliando o número das saídas dos seus oponentes).⁴

As ações de oposição e resistência ao salazarismo foram permanentemente sufocadas, tais como o Levante Operário (1934), a Revolta dos Marinheiros ou Motim dos Barcos do Tejo (1936) e o Movimento de Unidade Democrática (1945/48). A repressão às oposições era mantida por meio da PIDE e de outros órgãos, bem como de um sistema de estímulo às delações.

O governo era resistente às mudanças econômicas, confinando Portugal a padrões tradicionais e centrados nas atividades agrícolas, com uma política econômica avessa à industrialização, considerada a causa dos conflitos de classe.

Apesar do perfil do regime salazarista, o país manteve-se neutro durante a maior parte da II Guerra Mundial. Em 1943, com o avanço dos aliados, o governo cedeu os Açores para bases britânicas e norte-americanas. Após a guerra, Portugal integrou a OTAN e recebeu apoio do Plano Marshall, que lhe possibilitou uma situação econômica e financeira relativamente confortável.⁵

Durante a Guerra Fria, o PCP (na clandestinidade desde 1929) foi particularmente atingido, crescendo as tensões e as ações repressivas do regime a outros opositores. Estes conflitos se agudizaram em torno das eleições para a Assembleia e a Presidência (1957/58), com a coligação das oposições em torno da candidatura do general Humberto Delgado. A campanha do General tinha como plataforma a

³ SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos e a Crise do império colonial Português*. São Paulo: Ed. Alameda, 2004. PINTO, Antonio Costa. *Os Camisas Azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal- 1914-45*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. TORGAL, Luís Reis. *Estados Novos, Estado Novo*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Vol. I e I. 2.^a edição, 2009. MATTOSO, José e ROSAS, Fernando. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, vol 7. *O Estado Novo*, 1998.

⁴ SECCO, Lincoln. *Op.cit.* PINTO, Antonio Costa. *Op.cit.* TORGAL, Luís Reis. *Op. cit.* MATTOSO, José e ROSAS, Fernando. *Op.cit.*

⁵ MAXWELL, Kenneth. *O Império Derrotado. Revolução e Democracia em Portugal*. São Paulo, Ed Schwarcs Ltda, 2006 p.38.

restauração das liberdades, a anistia aos presos políticos e a organização de partidos. Ele angariou adeptos e popularidade, desta forma, o resultado das eleições surpreendeu com 76% dos votos para Américo Tomás (candidato da situação).

A fraude eleitoral foi prontamente denunciada; contudo, o governo revidou anunciando aumento salarial para os funcionários públicos, concessão de créditos para a agricultura e a indústria e criação do Banco do Fomento; paralelamente, desencadeou a repressão com novas ações da PIDE, prisão de vários oposicionistas, enquanto outros eram inviabilizados de manter suas atividades profissionais e políticas, optando pelo exílio.

Apesar da coerção as ações e articulações da oposição estas ocorriam, cabe mencionar a “Operação Dulcinéia” (1961), encabeçada pelo capitão Henrique Galvão que se apoderou do navio Santa Maria, no Mar do Caribe, com o objetivo de partindo do Golfo da Guiné, instalar-se em Luanda, uma base de apoio, para, posteriormente, dirigir-se á Portugal. A Marinha norte-americana apreendeu o Santa Maria e, depois de negociações complexas e enfrentando o governo português, conseguiu asilo para todos os envolvidos no Brasil.⁶

Nos anos 1960/70, a situação socioeconômica no país mantinha-se com poucas perspectivas, a crise econômica, particularmente, a agrícola que assolava o país, gerando carência de alimentos e declínio da produção nos campos. As saídas continuavam a ser a válvula de escape e as remessas enviadas pelos imigrantes amenizavam as carências.

A despeito da repressão continua, a oposição crescia, mostrando sinais de esgotamento do regime. Em 1968, Salazar sofreu uma queda e não mais se recuperou, vindo a falecer em 1970. Com relutância, o presidente Américo Tomás indicou para Presidência do Conselho Marcelo Caetano, que se propunha a modernizar Portugal, entretanto, com cautela política.⁷

Os descontentamentos frente ao regime se generalizavam e as resistências cresciam, articulando diferentes setores médios, estudantes, movimentos operários e oposicionistas (dentro e fora do país). Ampliavam-se os desgostos, especificamente,

⁶ MATTOSO, José. O Estado Novo. In: ROSAS, Fernando (coord.). História de Portugal, Lisboa, Editorial Estampa, 1998. p. 468-476.

⁷ MATTOSO, José op.cit. MAXWELL, Kenneth. Op.cit. ROSAS, Fernando (org). O Marcelismo e a crise final do Estado Novo. Lisboa: Ed. Colibri, 1999.

devido às Guerras coloniais na África, gerando insubordinação inclusive entre os oficiais, o regime mantinha-se indiferente frente à questão, apesar de todos os alertas da impossibilidade de continuidade destes conflitos.

As articulações políticas da oposição culminaram na “Revolução dos Cravos”, em 25 de abril de 1974, conduzida pelos oficiais intermédios do Movimento das Forças Armadas (MFA), cujo programa proposto visava o fim da guerra na África e a criação de um regime democrático e pluralista em Portugal.⁸

Deslocamentos e Resistências antissalazaristas: *Portugal Democrático*

Nas décadas de 1950 e 1960, no contingente de portugueses recém-chegados havia vários antissalazaristas, que se articularam em ações de oposição no exílio. Numa das salas do Centro Republicano Português de São Paulo funcionou o jornal *Portugal Democrático*, editado entre 1956 e 1977. Sua periodicidade foi ininterrupta e mensal (depois de 1958), com tiragens de cerca de 3.000 exemplares.

A iniciativa da criação do periódico foi de Vítor de Almeida Ramos e Manuel Ferreira Moura, ambos membros do PCP, que articularam outros compatriotas. No primeiro número (julho/56) se esclarecia a plataforma:

A política que pretendemos realizar e a missão que temos a cumprir são, pura e simplesmente, servir o Portugal Democrático com verdade e independência... mostrar aos portugueses que se interessam por Portugal a real situação do país, destacando a cultura portuguesa; mudar a imagem do país, vencer as barreiras da censura, da falta de dinheiro e de apoio, estamos voltados para o futuro, consciente das realidades do presente e orgulhoso das grandezas do passado, aqui têm pois os portugueses do Brasil o seu jornal: o *Portugal Democrático*.⁹

O grupo agregava uma diversidade de tendências políticas, republicanos, simpatizantes do socialismo e com a hegemônica presença de comunistas. Pode-se dizer que as páginas do periódico refletem a pluralidade de perspectivas políticas e partidárias, tendo como plataforma unificadora a oposição ao regime salazarista, no entanto, isso não minimizou a existência de divergências e disputas internas.

Entre os envolvidos no *Portugal Democrático* encontravam-se intelectuais, escritores, artistas, jornalistas, além de um setor não menos atuante (apesar de mais oculto) de militantes e voluntários, operários, comerciantes, técnicos, vendedores,

⁸ SECCO, Lincoln. Op.cit.

⁹ *Portugal Democrático*, n.1, 1956.

engenheiros, contadores, agrimensores, torneiros mecânicos, empresários, vidreiros, ceramistas, escriturários, securitários, mecânicos industriais e funcionários.

Na sua trajetória o periódico enfrentou obstáculos, dificuldades de recursos, de distribuição e canais de acesso aos leitores tanto da comunidade portuguesa como da sociedade brasileira; estas, entre outras limitações, levaram à suspensão da sua publicação (julho/57 a maio/58). No entanto, com empenho, o projeto foi reavivado um ano depois com a chegada de um grupo de jornalistas (alguns com experiência no *Diário Ilustrado*, de Lisboa) que contribuiu para a reorganização do periódico. A esfera editorial passou a contar com os nomes de Adolfo Casais Monteiro, Carlos Maria de Araújo, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, João Alves das Neves, Jorge Sena e Paulo de Castro.

O periódico também teve a participação de expressivos nomes da cultura e da política do Brasil, como Florestan Fernandes, Lígia Fagundes Telles, Sérgio Milliet, Ricardo Severo, Álvaro Lins, Paulo Emílio Salles Gomes, Antonio Candido, Paulo Duarte, Otávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Caio Prado Jr, Sérgio Buarque de Holanda, Carlos Guilherme Motta, Carlos Drummond Andrade, Graciliano Ramos, Vinícius de Moraes, José Lins do Rego, Cláudio Abramo, Ênio Silveira, ainda autores das colônias portuguesas em África.¹⁰

Buscou-se constituir um estilo próprio no periódico, tanto na estrutura como nos aspectos gráficos, optou-se por estabelecer editoriais (expressão da opinião da equipe frente a uma temática proposta), separando as sessões opinativas das de informação, agregavam-se comentários de colaboradores, além de outros itens como campanhas e denúncias, divulgação de livros e publicações com temáticas afins. Algumas das colunas fixas merecem menção a “Opinião insuspeita” de Sarmiento Pimentel e o “Obscurantismo Salazarista” de Barradas de Carvalho; cabendo realce a riqueza dos desenhos, charges e caricaturas de Fernando Lemos, que acrescentavam um toque de arte, humor, ironia e contribuíram para aprimorar a qualidade gráfica.¹¹

Num primeiro momento, o jornal teve circulação restrita, gradativamente, articulou diálogos e planos de ação através de toda uma rede de contatos e apoios, que

¹⁰ SILVA, Douglas M. A Oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro 1956-1974, Lisboa, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

¹¹ RAMOS, Ubirajara B. *Portugal Democrático*. Um jornal da Resistência portuguesa ao Salazarismo publicado no Brasil. Mestrado, PUC-SP, 2004, p. 108.

contribuíram para divulgação e distribuição do periódico em vários estados e núcleos da oposição em outros países.¹²

O *Portugal Democrático* era censurado em Portugal, entretanto, conseguia-se furar o cerco rigoroso da PIDE usando de várias estratégias, como: chegando por meio das tripulações dos navios, envolvido em outros jornais, em envelopes com nome fictícios de associações ou através de outros países, como: Canadá, Venezuela, Uruguai, Argentina, USA, Inglaterra e França, tornando-se o periódico português, publicado no exterior, de maior circulação entre os antissalazaristas exilados.

No cotidiano, a execução das tarefas era partilhada, constituindo um empenho coletivo e, muitas vezes, anônimo, alguns atuavam na busca de apoio financeiro, outros cuidavam da seleção dos temas - da pauta, dos textos, da redação, do convite aos colaboradores e formadores de opinião. Já outros se encarregavam de levar a tipografia, trazer as provas, fazer a correção/revisão/conferência, colaboravam na diagramação, dobragem, remessas/expedição e postagem.

Normalmente havia uma data convencionada para o "fecho" do jornal e um membro designado para coordenar a recolha e organização do "material" a ser publicado. Havia uma primeira reunião para definir o tema de fundo e as questões especiais a serem abordadas na edição em pauta, escolha dos colaboradores a serem solicitados a escrever sobre as matérias selecionadas, etc. Depois, o coordenador e outros membros do corpo editorial faziam os contactos com os colaboradores indicados, redigiam os textos de que se tivessem incumbido e iam recolhendo matéria noticiosa.

Havia um elemento que fazia a ligação com a tipografia, levando originais e indicações gráficas e trazendo, posteriormente, as provas de prelo, levando as provas revistas e trazendo provas de textos já emendados. Na data convencionada para o fecho do jornal, a equipa editorial, já de posse de todas as provas tipográficas, fazia a diagramação do jornal pela técnica de colagem: usando tesoura, cola e folhas de papel com as dimensões adequadas, recortava e colava as provas sobre as folhas de papel, definindo sequências de texto, numeração das páginas e acrescentando os títulos e as indicações gráficas necessárias. O elemento incumbido da ligação com a tipografia levava esse "boneco", que servia de plano para a paginação nas mesas da tipografia, e assegurava, posteriormente, recorrendo aos meios disponibilizados por outros companheiros, o transporte dos jornais impressos para o Centro Republicano. Era nessa altura que ocorria mais gente e se desenvolvia uma série de operações em simultâneo que consistiam na dobragem dos jornais para remessa aos assinantes, formação de rolos ou pacotes para remessa aos núcleos de oposição dispersos por diversos países, colagem de cintas ou etiquetas, impressão de endereços em máquina manual a partir dos "ficheiros" (que consistiam em séries de chapas metálicas de impressão) separação das unidades de remessa em função dos respectivos destinos e, nessa mesma noite, ir despachar tudo na estação de correios do Vale do Anhangabaú.¹³

Deslocamentos: denúncias e lutas por um *Portugal Democrático*

¹² RODRIGUES, Miguel Urbano. "Portugal Democrático, um jornal revolucionário", in: LEMOS, F. e LEITE, Rui M. A Missão Portuguesa-Rotas intercruzadas, SP/Bauru, Ed. Unesp/EDUSC, 2003, p. 185.

¹³ Entrevista, Joaquim Quitério, 01/05/2003.

Os mentores do *Portugal Democrático* se depararam com o discurso “oficial” do salazarismo, difundido junto aos portugueses radicados em São Paulo¹⁴, neste sentido, inicialmente, a proposta visava conscientizar a comunidade portuguesa e brasileira das ações e práticas do governo salazarista, desmistificando a propaganda oficial, denunciando a violência e métodos de repressão, a situação do ensino e os movimentos de estudantes, além de outras questões gerais da política e economia portuguesa.

Protesto contra todas as mentiras, violências, injustiças, crueldades, extorsões – policia política, campos de concentração, presos políticos, eleições roubadas, desprezo pela liberdade, indiferença pelos direitos do povo e suas gloriosas tradições de independência – que, por todos os modos, num conto do vigário colossal, tem sido apresentado ao mundo inteiro como uma era de progresso, de fraternidade, de paz e prosperidade em Portugal. De esperança, de certeza mesmo, que tudo quanto infelicitou durante trinta anos a nossa pátria, sem liberdade, sem teto, sem pão para o misero paisano e seus filhos, está no fim.¹⁵

Várias questões foram abordadas no periódico na sua luta antissalazarista, destacando-se temáticas como os campos de prisioneiros e a luta pela anistia.

A luta pela anistia aos presos políticos portugueses, que nos últimos anos tomou grande incremento. Vem conseguindo sucessivas vitórias. Premido pela força da opinião pública nacional e internacional, o Governo de Salazar tem sido forçado a libertar alguns dos mais destacados combatentes anti-fascistas. O último exemplo do valor da pressão democrática pela anistia foi a libertação de José Vitoriano. É necessário, portanto, que esta ação prossiga, até que seja posta em liberdade a última vítima do terror salazarista.¹⁶

Entre as várias temáticas abordadas pelo periódico, cabe destacar as que abarcaram o General Delgado e Henrique Galvão. As tensões em torno derrota do Delgado nas eleições presidenciais de 1958, seguida pelo seu exílio, juntamente com outros participantes diretos da campanha, possibilitou o crescimento da temática na mídia. Inicialmente, a chegada de Delgado ao Brasil foi vista pelos antissalazaristas com entusiasmo, gradativamente, ocorreu o distanciamento entre ele e o grupo do jornal¹⁷, na medida em que General sinalizava com uma oposição militarizada.

Em São Paulo, durante jantar comemorativo da “Programação da República”, que contava com a presença de intelectuais, políticos, jornalistas e, também, do comandante da II Região Militar, em discurso exaltado, o Delgado afirmou:

¹⁴ *Pátria Portuguesa, Voz de Portugal e Mundo português* eram alguns dos periódicos produzidos no Brasil, suas propostas eram mais próximas ao salazarismo e eles contavam com ampla circulação e financiamento da comunidade portuguesa.

¹⁵ *Portugal Democrático*, n. 4, 11/1956.

¹⁶ *Portugal Democrático*, n.112, 11/1966.

¹⁷ No Rio de Janeiro, o MNI (Movimento Nacional Independente, encabeçado por Delgado) teve como elemento de divulgação um novo jornal - *Portugal Livre* (1959-60, 13 edições), fundado por iniciativa de Miguel Urbano Rodrigues, levantava a plataforma da liberdade de expressão, contra a censura, pela democracia em Portugal e anistia dos presos políticos.

É justo que os antifascistas sejam generosos nas suas contribuições, mas esses fundos deveriam ter destino diferente do que foi anteriormente proposto. Nessa noite cada um deve colocar sua ajuda a minha frente. O dinheiro não irá, entretanto, para jornais, mas será investido na compra de armas.¹⁸

Entre 1961 e 1962, várias ações lideradas por Galvão e Delgado demonstravam a opção pela via militar, dentre elas, o sequestro de um avião da TAP, no Marrocos, para arremessar panfletos sobre Lisboa e também as articulações de Beja. Estas atitudes não contaram com o apoio unânime e foram desaprovadas por vários membros do *Portugal Democrático*.

Outro tema no qual o periódico centrou seus debates foi a Questão Colonial (envolvendo Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé, Príncipe, Timor, Macau, Goa, Damão e Diu, na Índia), a posição majoritária do *Portugal Democrático* era de apoiar os movimentos de independência dos países africanos, porém, internamente, haviam opiniões contrárias. Previa-se que a Guerra Colonial ocasionaria o fim do regime estabelecido.

O problema colonial é não apenas mais importante, mas também o mais premente, pois coloca o governo português, no plano interno como no externo em situação extremamente difícil. ... Portugal mantém a guerra mais sem sentido da História, ... o exército colonialista português é levado ao desespero, primeiro passo para o crime, para a chacina, utilizando do napalm, lancha-chamas contra populações camponesas totalmente desprovidas de defesa. Chegando a este ponto, o governo de Caetano nada mais podia esperar do que aquilo que está realmente acontecendo: um isolamento quase total no plano internacional, uma reação, cada vez mais marcada, no plano nacional...

O segundo ponto a que devo referir-me, diz respeito à situação econômica. Esta alias, como é fácil prever, relaciona-se diretamente com o que acabo de dizer: O surto inflacionário, que nos últimos tempos se verifica em Portugal, tem como causa primeira a guerra nas colônias... Terceiro ponto: a luta pelo restabelecimento das liberdades essenciais em Portugal. Na verdade uma aparente liberalização do regime tem conseguido enganar observadores menos prevenidos... Os sinais de falta de fôlego do caetanismo são evidentes: uma guerra em três frentes, uma situação econômica difícil, um isolamento internacional cada vez maior, um crescente repúdio interno. Dentro das novas condições será esperar muito pensar para breve na instauração em Portugal da Nova República? ¹⁹

Os membros do *Portugal Democrático* promoveram várias iniciativas de contestação ao salazarismo, como: concepção do Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão (1958), efetivação da I Conferência Sul-Americana Pró-Anistia para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal (Janeiro/1960), II Conferência Sul-Americana Pró-Anistia para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal (Montevideu/1961), Ato Público de Solidariedade aos

¹⁸ RAMOS, Ubirajara B. Op.cit., p. 90.

¹⁹ *Portugal Democrático*, n.112, 11/1966.

Trabalhadores e aos Povos de Espanha e Portugal (27/5/1962), debate “42 anos de fascismo em Portugal”, na PUC/SP (finais de 1968).

Apesar da unidade na luta antissalazarista, momentos de tensões e cisões levaram ao afastamento de colaboradores, cabendo pontuar as discordâncias e polêmicas frente as lideranças políticas (Humberto Delgado e Henrique Galvão), a “questão colonial” e a hegemonia do PCP na direção do periódico.²⁰ Em março de 1963, Adolfo Casais Monteiro, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, Jorge de Sena e Paulo de Castro excluíram-se do Conselho de Redação, devido ao veto, pelo grupo hegemônico do PCP, a um artigo de Casais Monteiro.²¹

Após o Golpe civil-militar de 1964 a situação política no Brasil foi alterada e as pressões sobre o jornal se ampliaram, analisaram-se os riscos e cogitou-se sobre o encerramento da publicação, entretanto, corajosamente, decidiu-se por continuar. O aumento da repressão política, o temor de possíveis trocas de informações entre a PIDE e o DEOPS levou a que vários colaboradores como Casais Monteiro, Jorge Sena e Victor Ramos partissem para novo exílio, nos USA.

Novos horizontes foram abertos em Portugal, depois de 25 de abril de 1974, a “Revolução dos Cravos” foi entusiasticamente referenciada pelo periódico, que assumiu a cobertura dos fatos. O jornal tornou-se semanal, entretanto, passou a receber ameaças de atentados a bombas do Comando de Caça aos Comunistas, telefonemas que assustaram os anunciantes no jornal, além do retorno á Portugal de muitos colaboradores.

Em 1977, após dezenove anos de atividade, com 205 números, terminava a publicação do periódico que fora a expressão política dos portugueses antissalazaristas exilados em São Paulo, mantendo-se latente nas memórias não só dos que estiveram envolvidos na sua produção, mas, dos seus leitores e membros da comunidade portuguesa, afinal...

Não se habita impunemente em outro país, não se vive noutra economia, em um outro mundo, sem que algo permaneça de uma outra sociedade na outra, sem que se sofra mais ou menos intensa e profundamente, conforme as modalidades de contato, os domínios, as experiências e as sensibilidades individuais, por vezes, mesmo não se dando conta delas e, outras vezes, estando plenamente consciente dos efeitos.²²

²⁰ Entrevista, Alfredo Masson, 12/02/2003.

²¹ RAMOS, Ubirajara Bernini. op.cit. SILVA, Douglas M. op.cit.

²² SAYAD, A. “O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante”, in: Travessia - Revista do Migrante, SP, v. 13, jan/2000, p.14.

